

ESTUDOS PRELIMINARES - IN 05/2017

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

23411.015423/2022-10

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 Esta demanda surge da necessidade de contratação, sob demanda, de empresa especializada para prestação de serviços continuados de revisão, assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva de 01 Elevador na Unidade Norte do Campus Londrina do Instituto Federal do Paraná, entendendo-se por:

- **Manutenção preventiva:** aquela destinada a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nas instalações do elevador, mantendo-as em perfeito estado de funcionamento e conservação, conforme especificado em projeto, manuais e normas técnicas específicas; e
- **Manutenção corretiva:** aquela destinada a reparar e corrigir quebras e defeitos apresentados nas instalações do elevador, mantendo-as em perfeito funcionamento.

2.2 Verifica-se que, para a localidade, o equipamento é de uso frequente na rotina da Unidade de Ensino, assim, o bom funcionamento dos equipamentos é essencial à segurança das pessoas que precisam se deslocar entre os andares dos prédios, bem como facilitar a locomoção das pessoas portadoras de necessidades especiais, seja temporária ou não.

2.3 As normas técnicas reguladoras (ABNT e outras) exigem dos responsáveis não apenas o reparo e conserto dos defeitos e do mau funcionamento (corretiva), mas também que sejam efetuadas, periodicamente, as manutenções preventivas. Estas, além de proporcionarem um bom funcionamento das máquinas, aumentando sua vida útil, servem para verificar seus componentes e peças, fazer lubrificações, limpezas e reapertos, detectar eventuais irregularidades não aparentes e, com estas medidas, manter seu desempenho e evitar falhas ou mesmo acidentes.

2.4 Posto isto, considerando a necessidade de manter o bom funcionamento do elevador da Unidades, torna-se imperiosa a contratação de empresa especializada no serviço de manutenção deste equipamento.

2.5 Seguem abaixo os dados referentes às especificações técnicas do elevador da Unidade demandante:

Características Elevador:

- 01 (um) Elevador Elétrico (eletromecânico) de Passageiros;
- Capacidade de 750kg (10 passageiros);
- 04 paradas;
- Velocidade: 45m/min
- Quadro de comando: marca ADDTECH, modelo MCXR-VF LITE, com inversor SCHNEIDER ATV320
- Máquina de tração: marca AKIS modelo MF1 de 7,5 KW

2.6 A necessidade desta contratação é devida à ausência de profissional desta área no quadro de servidores e funcionários terceirizados com dedicação exclusiva de mão-de-obra. Ainda, justifica-se a presente contratação tendo em vista a necessidade de manutenção preventiva e corretiva a fim de garantir o adequado funcionamento e conservação do elevador, para que o IFPR possa continuar a prestar a sua atividade fim de levar educação técnica, tecnológica e científica a toda a sociedade, sem que haja obstáculos físicos para tal finalidade.

2.7 Além disso, é necessário atender às legislações vigentes e dar adequada infraestrutura para os portadores de mobilidade reduzida. Salientamos que trata-se de um serviço essencial para as atividades acadêmicas desse Campus, tendo em vista que diariamente esses elevadores são usados pela comunidade acadêmica, principalmente por pessoas com deficiência.

2.8 O contrato é de natureza continuada sem dedicação exclusiva de mão de obra por se tratar de equipamentos eletromecânicos complexos que exigem manutenção especializada, porém, em estado normal de funcionamento, ou seja, com a manutenção em dia, apresentam problemas apenas ocasionalmente. Desta forma, opta-se por contrato de serviço e não por posto de trabalho, pois um funcionário em tempo integral ficaria ocioso a maior parte do tempo.

2.9 Além disso, a Portaria n.º 443, de 27 de dezembro de 2018, editada pelo então Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, elenca as atividades que devem ser preferencialmente terceirizadas. Assim, as atividades listadas no objeto de contratação estão contempladas na Portaria n.º 443, de 27 de dezembro de 2018, conforme consta nos incisos XV do Art. 1 da referida portaria, a saber: "Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços: (...) XV - manutenção de prédios e instalações, incluindo montagem, desmontagem, manutenção,

3. ÁREA REQUISITANTE

IFPR Campus Londrina - Unidade Norte

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Conforme preconiza o inciso VIII do artigo 3º do Decreto nº 10.024, de 20/09/2019, "Serviço comum de engenharia - atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24/12/1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado".

4.1.1 Assim, para fins do disposto no artigo 1º, do Decreto nº 10.024, de 20/09/2019, o serviço de manutenção de elevadores e plataformas de acessibilidade pode ser enquadrado na categoria de serviço de engenharia comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado. O serviço de manutenção preventiva e corretiva pode ser descrito por especificações gerais, por meio de planos de manutenção recomendados pelo fabricante, de conhecimento público, sem prejuízo da qualidade do que se pretende contratar. Por fim, o serviço possui características padronizadas e se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio.

4.2 A Portaria MPOG nº 443, de 27/12/2018 que estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao Decreto nº 9.507, de 21/09/2018, traz em seu inciso XIII do artigo 1º, a seguinte redação:

"Art. 1º - No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

XIII - instalação, operação e manutenção de máquinas e equipamentos, incluindo os de captação, tratamento e transmissão de áudio, vídeo e imagens;"

4.2.1 Desse modo, conforme se depreende da norma infralegal citada, o serviço da presente contratação é de execução indireta.

4.3 Segundo as definições dos artigos 15º e 17º da IN SEGES/MPDG nº 5, de 25/05/2017, o serviço, objeto desta licitação, será prestado de forma contínua e não exige dedicação exclusiva de mão de obra dos trabalhadores da contratada pois a manutenção de elevadores possui um plano de manutenção com rotinas e periodicidade bem definidas, sendo desnecessária a presença contínua de um ou mais técnicos especializados nas dependências das Unidades demandantes.

4.4 Conforme definição do item 4.1 acima, e, em conformidade com o que se preza o caput e §1º do artigo 1º do do Decreto nº 10.024, de 20/09/2019, a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, é obrigatória para os órgãos da administração pública federal direta.

4.5 A duração inicial da vigência do contrato de prestação de serviços será de 12 (doze) meses, com execução no mesmo período, ou seja, coincidente com a vigência, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, em conformidade com o inciso II do artigo 57 da Lei 8.666, de 21/06/1993: "A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses".

4.6 Será adotado como regime de execução da contratação a empreitada por preço unitário, considerando a indivisibilidade dos serviços e a interdependência das atividades por competências/afinidade, e tendo em vista que os aspectos qualitativos e quantitativos da solução adotada, necessários à perfeita execução do objeto, estão definidas de forma completa e pormenorizada.

4.7 Os normativos a serem observados na presente contratação são:

- Lei nº 8.666, de 21/06/1993;
- Lei nº 10.520, de 17/07/2002 (institui, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns);
- Decreto nº 3.555, de 08/08/2000 (regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns);
- Decreto nº 7.746, de 05/06/2012 (regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública);
- Decreto nº 9.507, de 21/09/2018 (dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União);
- Decreto nº 10.024, de 20/09/2019 (regulamento do pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia e também o uso da dispensa eletrônica);
- Portaria nº 443, de 27/12/2018 (estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21/09/2018);
- IN nº 01, de 19/01/2010 (critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências);
- IN nº 05, de 25/05/2017 (regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional);
- IN nº 40, de 22/05/2020 (dispõe sobre a elaboração dos ETPs para aquisição de bens e a contratação de serviços e obras);
- IN nº 65, de 07/07/2021 (pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral)
- ABNT NBR NM 207:1999 - Elevadores elétricos de passageiros - Requisitos de segurança para construção e instalação.
- ABNT NBR 15.597:2010 - Requisitos de segurança para a construção e instalação de elevadores - Elevadores existentes
- - Requisitos para melhoria da segurança dos elevadores elétricos de passageiros e elevadores elétricos de cargas.
- ABNT NBR 16083:2012 - Manutenção de elevadores, escadas rolantes e esteiras rolantes - Requisitos para instruções de manutenção.
- ABNT NBR 12892:2009 - Elevadores unifamiliares ou de uso restrito à pessoa com mobilidade reduzida - Requisitos de segurança para construção e instalação.
- ABNT NBR NM 313:2007 - Elevadores de passageiros - Requisitos de segurança para

construção e instalação -

- Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência.
- ABNT NBR 14364:1999 - Elevadores e escadas rolantes - Inspectores de elevadores e escadas rolantes - Qualificação.
- ABNT NBR 5665:1983 Versão Corrigida:1987 - Cálculo do tráfego nos elevadores.
- NORMA NBR 15597/2008 – Desde 19 de setembro de 2008, entrou em vigor a NBR 15597, que estabelece novas regras nacionais de segurança para elevadores. A norma, editada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (A.B.N.T.) prevê itens relacionados à segurança de quem fará a manutenção nos equipamentos além dos usuários.
- NBR IEC 62271-102 – Seccionadores e Chaves de Aterramento: prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem dos produtos;
- NBR 5410 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- NBR IEC 60439-1- Conjuntos de Manobra e Controle em Baixa Tensão;
- NBR 9050 – Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos;

4.8 Importante mencionar a Decisão Normativa Nº 36, de 31 de julho de 1991, do CONFEA (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia), que dispõe sobre a competência em atividades relativas a elevadores e escadas rolantes, in verbis: "As atividades de projeto, fabricação, instalação ou montagem, manutenção (prestação de serviços com ou sem fornecimento do material e sem alteração do projeto) e laudos técnicos de equipamentos eletromecânicos do tipo "elevador", "escada rolante" ou similares, somente serão executados, sob a responsabilidade técnica de profissional autônomo ou empresa habilitados e registrados no CREA.

4.9 Ante o exposto, o Licitante deverá comprovar, por meio de atestado(s) de capacidade técnica, que tenha executado contrato de serviço continuado em quantidade compatível com o pleiteado nesse certame e em prazo mínimo de um (01) ano, conforme autorização prevista na IN SEGES/MPDG nº 5, de 25/05/2017.

4.10 Será exigido do Licitante o Registro no Conselho Nacional de Engenharia e Agronomia - CREA, com validade na data da licitação, onde conste área de atuação compatível com a execução dos serviços de manutenção de elevadores e plataformas, emitida pelo CREA da jurisdição da sede da Licitante.

4.11 A empresa contratada deve ser especializada na prestação de serviços de manutenção de elevadores ou plataformas de elevação motorizadas com a aparelhamento e pessoal técnico adequado, capacitado e habilitado para a prestação dos serviços.

4.12 A empresa deverá apresentar atestado de capacidade técnica (um ou mais), fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a execução de manutenção de elevadores ou plataformas elevatórias de acessibilidade de características similares ou superiores ao constante na especificação do objeto desta licitação. Deverá ser comprovado experiência mínima de 01 (um) ano.

4.13 Deverá assumir inteira e total responsabilidade técnica pela execução dos serviços contratados e pela qualidade dos materiais empregados.

4.14 Fornecer equipamentos, ferramentas e produtos para a perfeita execução dos serviços, bem como se responsabilizar pelo seu transporte.

4.15 Manter devidamente limpos os locais onde se realizarem os serviços, utilizando material de limpeza e utensílios próprios.

4.16 Planejar, conduzir e executar os serviços com integral observância às disposições contidas neste Estudo Preliminar, cumprindo o cronograma de serviços.

4.17 A FISCALIZAÇÃO não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc.

4.18 Assinado o contrato, a contratada deverá efetuar uma análise minuciosa de todo o edital, contrato e documentos vinculados, buscando elucidar junto à fiscalização, ao início dos trabalhos, toda e qualquer dúvida sobre detalhes dos serviços a serem executados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas.

4.19 A inobservância das especificações técnicas deste edital implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

4.20 Fornecer uniformes e equipamentos de proteção individual - EPI's, de acordo com as normas estabelecidas pelas autoridades competentes, aos profissionais que prestarem os serviços, bem como fiscalizar sua adequada utilização.

4.21 As normas de segurança constantes deste edital não desobrigam a contratada do cumprimento de outras disposições legais, federais, estaduais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inadequados na execução dos serviços.

4.22 O IFPR poderá, a qualquer tempo, instalar acessórios que visem melhorar a qualidade do elevador ou o aproveitamento do espaço interno. São exemplos de acessórios: intercomunicadores entre a cabine e a recepção do edifício, monitores de propaganda e sistemas de monitoramento remoto. Em todos os casos, o IFPR compromete-se a consultar previamente a contratada para eventual adequação técnica ou contratual.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração, consideramos as seguintes contratações similares realizadas por outros órgãos e fornecedores do segmento de mercado, tais como:

Detalhamento da Pesquisa:

Contratação, sob demanda, de empresa especializada para prestação de serviços continuados de revisão, assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva de 01 Elevador na Unidade Norte do Campus Londrina do Instituto Federal do Paraná.

Identificação da Compra	Fornecedor	UASG - Unidade Gestora	Data da Compra	Valor Unitário Mensal	QTDE	Valor Total ANUAL
PREGÃO: 10/2022	E W T BRASIL ELEVADORES LTDA CNPJ/CPF: 20810747000112	PAINEL DE PREÇOS: UASG: 090018 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - PR PREGÃO: 10/2022	03/05/2022	R\$ 479,16	12	R\$ 5.749,92
PREGÃO: 27/2022	E W T BRASIL ELEVADORES LTDA CNPJ/CPF: 20810747000112	PAINEL DE PREÇOS: UASG: 987565 - PREF. MUN. DE FRANCISCO BELTRAO Órgão: ESTADO DO PARANA PREGÃO: 27/2022	10/03/2022	R\$ 1.331,66	12	R\$ 15.979,92
PREGÃO 14/2021	E W T BRASIL ELEVADORES LTDA CNPJ/CPF: 20810747000112	CONTRATO 15/2021 UTFPR CAMPUS CORNÉLIO PROCÓPIO UASG 153176	15/02/2022	R\$ 590,00	12	R\$ 7.080,00
PREGÃO 11/2022	TK ELEVADORES BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 90347840003303	PAINEL DE PREÇOS: UASG: 090018 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - PR PREGÃO: 10/2022	03/05/2022	R\$ 1.250,00	12	R\$ 15.000,00
	EW T BRASIL ELEVADORES LTDA - ME CNPJ/CPF: 20810747000112			R\$ 600,00	12	R\$ 7.200,00
	SOBENO SERVICOS PARA ELEVADORES LTDA CNPJ: 25.201.004/0001-69			R\$ 1.200,00	12	R\$ 14.400,00

Foram encaminhadas solicitações de orçamento para 14 (Quatorze) empresas. Destas, apenas 02 (duas) retornaram as solicitações, conforme se constata documento SEI 1916284

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1 Os serviços serão prestados por profissionais pertencentes ao quadro funcional da Contratada, nas dependências do Instituto Federal do Paraná - Campus Londrina Unidade Norte.

6.2 A prestação de serviço deverá ser realizada mensalmente, no endereço Campus Londrina Unidade Norte: - Avenida da Liberdade, Nº 855 conjunto Ruy Virmond Carnascialli, zona norte da cidade – Londrina - Paraná CEP: 86077-080 no período comercial das 8:00 às 17:00 horas, de segunda à sexta-feira, com agendamento prévio com o fiscal de contrato do IFPR.

6.3 A manutenção corretiva deverá ser prestada pela empresa, logo após a solicitação feita pelo fiscal/gestor do contrato, não tendo limite o número de chamadas. As solicitações serão feitas por telefone ou email.

6.4 A CONTRATADA deverá disponibilizar endereço de correio eletrônico que servirá de canal de comunicação para envio de documentos, notificações e abertura de chamados, sem eliminar a necessidade de fornecer número de telefone que deverá receber chamados 24 horas por dia, todos os dias do ano.

6.5 A manutenção corretiva deverá ser procedida mediante a substituição ou reparação, segundo critérios técnicos, de componentes eletrônicos, elétricos, mecânicos, hidráulicos, necessários à recolocação da plataforma em condições normais de funcionamento, utilizando peças novas e genuínas.

6.6 Quando da substituição de peças, deverá ser apresentada ao fiscal/gestor do contrato a peça defeituosa, in loco, comprovando o mau funcionamento ou bloqueio de operação do equipamento. A contratada contará com o prazo máximo de 24 horas para substituição da peça, correção do problema e pleno funcionamento do equipamento. Salvo, em casos específicos em que haja justificativa fundamentada, o equipamento deverá ser colocado fora do uso, durante o período de manutenção.

6.7 Entende-se por manutenção integral a manutenção corretiva, preventiva e preditiva dos equipamentos, com fornecimento de todas as peças e materiais necessários para realização dos serviços, deixando os equipamentos em perfeito estado de funcionamento.

6.8 A presente contratação inclui o fornecimento de mão de obra técnica especializada e operacional e, também, o fornecimento de peças de reposição, componentes, acessórios, materiais, equipamentos e ferramentas, devendo ser observadas as rotinas, os procedimentos e as normas aplicáveis e do fabricante, e outras recomendadas pela boa técnica da Engenharia, necessários ao funcionamento regular, eficiente e econômico dos equipamentos. Os serviços de manutenção de elevadores deverão ser realizados por profissionais habilitados e de acordo com manuais e normas técnicas específicas.

6.9 Para que a contratação produza os resultados pretendidos, a CONTRATADA deverá prestar os serviços de manutenção preventiva ao menos uma vez por mês, desempenhando todas as atividades previstas e necessárias para que os elevadores se mantenham em funcionamento de forma eficiente e segura. Além disso, deverá verificar, com antecedência, possíveis falhas que poderão vir a ocorrer, realizando as devidas ações preventivas. Quanto aos serviços de manutenção corretiva, deverá ocorrer dentro dos prazos determinados, deixando os elevadores inoperante o menor tempo possível, utilizando sempre peças novas e de qualidade.

6.10 Para os casos em que a CONTRATADA alegar que os defeitos foram decorrentes de mau uso da CONTRATANTE (e, portanto, a manutenção não estaria contemplada no valor do contrato), será exigida a apresentação de laudo emitido pela fabricante do elevador. Caso a fabricante não o forneça, será permitida a contratação de outra empresa para emissão do referido documento; sendo que, comprovado o mau uso, os custos dessa emissão serão integralmente reembolsados à CONTRATADA.

6.11 Os serviços de manutenção preventiva serão executados conforme discriminado abaixo:

6.12 Os serviços de manutenção preventiva deverão ser realizados através de visitas mensais, previamente agendadas pelo período da vigência do contrato, para serem efetuados durante o expediente normal de trabalho, das 8h às 17h, de segunda a sexta-feira, por equipe técnica designada pela Contratada;

6.13 A prestação dos serviços preventivos consistirá em manter o elevador em perfeito funcionamento, por meio de medidas adequadas ou indicadas pelo fabricante, envolvendo inspeções, limpeza interna e nos poços, lubrificações, ajustes mecânicos, elétricos e eletrônicos em todos os componentes dos equipamentos, estejam estes localizados na casa de máquinas, caixa, cabine ou pavimentos, em conformidade ao disposto na norma brasileira ABNT NBR 16.083:2012 - Manutenção de elevadores, escadas rolantes e esteiras rolantes – Requisitos para instruções de manutenção; ABNT NBR 15.597:2010 - Requisitos de segurança para a construção e instalação de elevadores - Elevadores existentes - Requisitos para melhoria da segurança dos elevadores elétricos de passageiros e elevadores elétricos de passageiros e cargas; ABNT NBR 16.858-1:2020 e ABNT NBR 16.858-2:2020 - Norma específica as regras de segurança para a construção e instalação de elevadores elétricos novos instalados permanentemente servindo pavimentos definidos, tendo carro projetado para o transporte de pessoas e objetos, suspenso por cabos e movendo-se entre guias inclinadas no máximo 15° com a vertical.

6.14 Para tais propósitos, seguem abaixo os serviços mínimos de manutenção preventiva, que devem ser executados periodicamente:

6.15 Manutenção Preventiva Mensal

- Efetuar a limpeza, regulagem, ajuste, lubrificação do(s) equipamento(s), teste do instrumental elétrico e eletrônico, para segurança do uso normal das peças vitais, tais como: máquina de tração, coroa e sem fim, polia de tração e desvio, freio, motor de tração, regulador de velocidade, chaves e fusíveis na casa de máquinas, quadro de comando, fusíveis e conexões, relés e chaves, fita seletora, aparelho seletor, iluminação de cabina, botoeiras e sinalização de cabina, segurança, correções da cabina e contrapeso, aparelho de segurança, chaves de indução, placas ou emissores, receptores, cabina (placa, acrílicos e piso), guias e braquetes, contrapeso e limites de curso, correntes ou cabos de compensação, cabos de tração e regulador, fechos hidráulicos e eletromecânicos, portas carrinhos, botoeiras de pavimentos e sinalização, nivelamentos, pavimentos, para choques, polia do regulador de velocidade, bomba hidráulica, bloco de válvula, vedações do sistema hidráulico, mangueiras e tubulações hidráulicas

6.16. Manutenção Preventiva Trimestral

Reaperto e conferência de:

- - Estrutura da arcada.
- - Fixação cabina/arcada.
- - Fixação dos operadores de cabina e de pavimento.
- - Correções de arcada.
- - Reaperto geral da arcadinha e roldana.
- - Bornes quadro de comando, contadoras e placas do quadro de comando
- - Suportes de guias, parabolts, clips e talas.
- - Pilares dos para-choques, pilar do cilindro hidráulico, abraçadeiras do cilindro hidráulico.
- - Bomba hidráulica e coxins do motor.
- - Tirantes dos cabos de aço.

6.17. Manutenção Corretiva e Emergencial

- Substituição ou conserto de: cabos de tração, de manobra e de regulador de velocidade, fechos hidráulicos e eletromecânicos, máquinas de tração e seus componentes, motores elétricos e seus componentes, portas de pavimentos e seus componentes, instalação elétrica de cabina e do poço, piso desgastado por uso normal e demais peças indispensáveis ao uso normal dos elevadores.

6.18 Horários de atendimento:

6.18.1. Manutenção preventiva: das 8:00 hs às 11:30 hs e das 13:30 às 17:00 hs – de segunda a sexta-feira.

6.18.2. Manutenção corretiva: das 8:00 hs às 11:30 hs e das 13:30 às 17:00 hs – de segunda a sexta-feira

6.18.3. Emergências: qualquer dia ou horário.

6.19. Prazos para atendimento:

6.19.1. Manutenção preventiva: mensalmente, mediante prévio agendamento.

6.19.2. Manutenção corretiva: até 48 (Quarenta e Oito) horas da comunicação à CONTRATADA.

6.19.3. Emergências: até 2 (duas) horas da comunicação à CONTRATADA.

6.20 A CONTRATADA deverá atentar para o cumprimento das normas técnicas, legislação vigente sobre normas de segurança no trabalho e demais dispositivos legais relacionados à atividade específica do objeto do Contrato.

6.21 A CONTRATADA deverá fixar no interior da cabina placa, com formatação, modelo e programação visual previamente autorizado pela FISCALIZAÇÃO, contendo informações como nome da empresa mantenedora e número de telefone da empresa para casos de emergência.

6.22 A CONTRATADA deve prover serviço de resgate de pessoas 24 horas por dia, todos os dias do ano, conforme exigido pela NBR 16083:2012.

6.23 Os serviços de resgate deverão receber chamados telefônicos da FISCALIZAÇÃO, registrá-los e apresentar em seu relatório de serviços, conforme tratado no item 8 destas especificações.

6.24 A CONTRATADA deve manter registro dos resultados de cada intervenção. Esses registros devem conter:

- a) Número da ordem de serviço;
- b) Identificação do elevador;
- b) Identificação do funcionário responsável pela execução dos serviços;
- c) Data e horário de abertura do chamado;
- d) Data e horário de encerramento/solução do chamado;
- e) Tempo em indisponibilidade do elevador, considerado a partir da abertura do chamado;
- f) Informação do status da ocorrência (se o equipamento ficou fora de funcionamento ou não);
- g) Descrição da ocorrência indicando os itens verificados, as correções realizadas e se houve substituição de peças; e
- h) Outras informações que a CONTRATADA julgar pertinente.
- i) Assinatura do profissional;

6.25 Ao término de cada serviço de manutenção corretiva, o(s) profissional(is) que executaram a atividade, deverá(ão) apresentar o referido registro/ordem de serviço ao responsável indicado pela FISCALIZAÇÃO que deverá receber uma via do documento.

6.26 Ainda que os reparos não possam ser concluídos no dia da visita/abertura do chamado, seja por falta de peça ou por outra razão qualquer, a CONTRATADA deverá realizar o registro e apresentá-lo ao responsável indicado pela FISCALIZAÇÃO que deverá receber uma via do documento.

6.27 A CONTRATADA poderá ser sancionada com multa caso não apresente a documentação supramencionada a cada atendimento.

6.28 O prazo para que a CONTRATADA de início ao atendimento de manutenção corretiva, contado a partir do momento em que for recebida a Ordem de Serviço ou do chamado da contratante, será de até 24 (vinte e quatro) horas.

6.29 O prazo de conclusão da manutenção corretiva e a solução do defeito, contado a partir do momento em que a equipe de manutenção chegar ao local da execução dos serviços indicados na Ordem de Serviço será de até 48 (quarenta e oito) horas, exceto para manutenção corretiva de grande complexidade que será no máximo de até 05(cinco) dias úteis, para qualquer equipamento, seus acessórios, equipamentos auxiliares e que apresentar defeito de funcionamento.

6.30 A Manutenção Preventiva deverá ser executada em datas agendadas com a FISCALIZAÇÃO, no horário de expediente do IFPR. A Manutenção Preventiva também poderá ser executada fora do expediente normal do IFPR, desde que a FISCALIZAÇÃO solicite previamente ou a CONTRATADA firme acordo com a FISCALIZAÇÃO por meio de notificação oficial. A CONTRATADA deve apresentar à FISCALIZAÇÃO as rotinas e periodicidades

que comporão o plano de manutenção preventiva a ser adotado para garantir o bom funcionamento dos equipamentos e a segurança dos usuários. Essas rotinas e o plano de manutenção deverão ser previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO. O plano de manutenção deve ser elaborado por engenheiro mecânico, que deverá ser o responsável técnico pelos serviços e deve ser apresentado à FISCALIZAÇÃO em até 30 (trinta) dias corridos contados da assinatura do contrato.

6.31 Sempre que for necessário atualizar o plano de manutenção, a CONTRATADA deverá informar e apresentá-lo à FISCALIZAÇÃO. A CONTRATADA deve adaptar o plano de manutenção para que se considerem falhas previsíveis, como aquelas devido ao tempo de uso, deterioração etc. O plano de manutenção deve ser compatível com a instalação para que o tempo de manutenção seja reduzido o máximo possível sem reduzir a segurança das pessoas, para minimizar o tempo não operacional da instalação. No **Anexo** deste edital são apresentadas rotinas que poderão ser aplicadas para garantir o bom funcionamento dos equipamentos e que poderão nortear a elaboração do plano de manutenção por parte da CONTRATADA.

7. DOS RELATÓRIOS

7.1 Assinado o contrato, a CONTRATADA deverá realizar vistoria completa das instalações no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da assinatura do contrato. Nessa oportunidade, deverá se avaliar:

- As condições de segurança do elevador, conforme estabelecido nos normativos técnicos NBR 15597 ou NBR NM 207 (o que for aplicável);
- As condições de funcionamento do elevador, levando em conta tempos de viagens, tempos de abertura e fechamento de porta e conforto dos passageiros;
- A condição de manutenção e segurança dos elementos que compõem o elevador, sua vida útil, expectativa de substituição da peça;
 - Nesse caso, deverão ser considerados o máximo de componentes possível, inclusive estado da casa de máquina, poço, caixa de corrida e cabina, avaliando-se um a um.
- Riscos de segurança, conforme definido pela NBR 16083.

7.2 Em razão dessa vistoria, deverá ser elaborado relatório técnico descritivo ilustrado fotograficamente, assinado pelo responsável técnico, que deverá ser entregue à FISCALIZAÇÃO e deverá constar:

7.2.1 Descrição completa do elevador, indicando data de instalação, data de modernização (caso tenha sido feita), tipo do elevador (convencional, hidráulico, sem casa de máquinas), marca e modelo, quadro de comando (marca, modelo e tipo), velocidade, capacidade, número de paradas, tamanho da cabina, portas, cabos de aço (quantidade e espessura), operador de porta (marca, modelo e tipo), iluminação, amortecedor (tipo), dimensões do poço, percurso, altura da última parada etc.

7.2.2 Metodologia empregada para avaliação geral do elevador, de cada componente e de riscos;

7.2.3 Normas técnicas empregadas;

7.2.4 Resultado da vistoria apontada acima, descrevendo o estado dos componentes, elevador, funcionalidade, integridade, qualidade, desempenho e segura dos componentes;

7.2.5 Recomendações quanto à necessidade de execução de reparos, substituições de peças e outros serviços;

7.2.6 Avaliação de riscos, conforme exigido no item 4.3.2.8 da NBR 16083/2012. A referida avaliação de risco deve seguir o roteiro definido naquela norma, ou aquele definido pela NBR 15597/2010 ou outro estabelecido em normativo técnico específico, como, por exemplo, o da EN ISO 14121-2:2012, anexo B ou ISO 14798;

7.2.7 Juntamente com a avaliação de risco, a CONTRATADA deverá apresentar informações sobre trabalho necessário a ser realizado para redução/eliminação das falhas de segurança, especialmente de acesso e/ou de condições do ambiente relacionadas à edificação e instalação, conforme estabelecido no item 4.3.3.4 da NBR 16083/2012; e

7.2.8 Lista de peças sensíveis mais prováveis de terem que ser substituídas durante a vigência do contrato.

7.3 Mensalmente a CONTRATADA deverá apresentar relatório dos serviços executados que deverá apontar, no mínimo:

7.3.1 Lista de controle (checklist) das atividades previstas no plano de manutenção preventiva, apontando quais foram executadas;

7.3.2 Consolidação das ordens de serviço do mês (manutenções corretivas) indicando, número de cada chamado, identificando o elevador em que foi feita a manutenção, descrição dos serviços executados, data e hora de abertura de cada chamado, data e hora da conclusão dos serviços de cada chamado, tempo total entre a abertura e fechamento de cada chamado;

7.3.3 Cálculo de disponibilidade, conforme apontado neste relatório, apontando justificativas que se fizerem necessárias a depender do valor desse índice;

7.3.4 Cálculo de outros indicadores de desempenho como, tempo médio entre falhas, tempo médio para início de atendimento, tempo médio para reparo (conforme NBR 5462/1994) e outros acordados com a FISCALIZAÇÃO;

7.3.5 Sugestões e recomendações de segurança e melhoria que se fizerem necessárias;

7.3.6 Apresentação de resultados de ensaios e testes que se fizerem necessários no período.

7.4 O relatório mensal dos serviços deverá ser entregue à FISCALIZAÇÃO juntamente com a nota fiscal dos serviços prestados. A FISCALIZAÇÃO não receberá nota fiscal que não vier acompanhada do referido relatório mensal.

7.5 Juntamente com relatório, deve ser anexada cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica do Engenheiro responsável pelos serviços de manutenção.

7.6 A CONTRATADA deverá, também, apresentar anualmente o Relatório de Inspeção Anual – RIA que, para ser realizado, demandará vistoria do responsável técnico, para realizar inspeção completa dos quesitos de segurança, integridade, funcionamento e outros, conforme normativos técnicos e exigências legais de cada unidade da federação. A vistoria relativa a esse RIA deverá ser realizada em 30 (trinta) dias antes do aniversário do contrato e o relatório deverá ser entregue até o aniversário do contrato.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Os serviços previstos nesta contratação serão executados nas instalações das Contratantes, conforme os quantitativos discriminados nas tabelas abaixo:

ITEM	CAMPUS	ENDEREÇO	QUANT.	LOCAL DA PLATAFORMA	MARCA/FABRICANTE	PERIODICIDADE
1	Londrina Unidade Norte	Avenida da Liberdade, Nº 855 conjunto Ruy Virmond Carnasciali, zona norte da cidade – Londrina - Paraná CEP: 86077-080	1	Bloco Didático	Elevador Marca: RAYS - Com 04 paradas; capacidade para 10 pessoas ou 750 Kg. Velocidade de 45m/min	12 MESES

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Destarte, informamos que as estimativas de preço foram coletadas em conformidade com a INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021, a qual, dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Os relatórios de pesquisa de preços realizados pelas unidades demandantes, assim como os arquivos contendo as cotações e o mapa de preços, foram devidamente instruídos aos autos deste processo. Diante da pesquisa de preço, foi aplicada para a obtenção do preço de referência a metodologia do preço médio, conforme Art. 6º da IN nº 73/2020, obtendo os valores conforme verifica-se nas tabelas a seguir:

Detalhamento Pesquisa de Preços:

Item	Descrição	(Q) Quantidade	Unidade	PAINEL DE PREÇOS: UASG: 090018 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - PR PREGÃO: 11/2021	PAINEL DE PREÇOS: UASG: 090018 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - PR PREGÃO: 10/2022	EWT BRASIL ELEVADORES LTDA - ME	SOBENO SERVICOS PARA ELEVADORES LTDA	CONTRATO 15/2021 UTEPR CAMPUS CORNÉLIO PROCÓPIO UASG 153176	PAINEL DE PREÇOS: UASG: 987565 - PREF.MUN. DE FRANCISCO BELTRAO Órgão: ESTADO DO PARANA PREGÃO: 27/2022	(PMUN.) Preço Médio por Unidade (P1+P2+p3+P4) / 6	Preço Médio TOTAL (PMUN.)*(Q)
						CNPJ: 20.8410.747/0001- 12	CNPJ: 25.201.004/0001- 69				
1	contratação, sob demanda, de empresa especializada para prestação de serviços continuados de revisão, assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva de 01 Elevador na Unidade Norte do Campus Londrina do Instituto Federal do Paraná.	12	Mensal	R\$ 1.250,00	R\$ 479,16	R\$ 600,00	R\$ 1.200,00	R\$ 590,00	R\$ 1.331,66	R\$ 908,47	R\$ 10.901,64
	TOTAL DA PLANILHA									R\$ 908,47	R\$ 10.901,64

O custo mensal estimado da contratação é de R\$ 908,47 (Novecentos e Oito Reais e Quarenta e Sete Centavos), e o valor global Anual (12 meses) é de R\$ 10.901,64 (Dez Mil, Novecentos e Um Reais e Sessenta e Quatro Centavos) e encontra-se pormenorizado em planilha demonstrativa anexada ao Relatório de Pesquisa de Preços.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

Para o presente objeto a licitação será dividida por item com critério de julgamento por menor preço.

Considerando a descentralização administrativa e financeira, que levam a adoção de fluxos operacionais descentralizados, a contratação será realizada de forma que a demanda da unidade seja gerida e fiscalizada por meio de contrato formalizado para a respectiva unidade.

A licitação será realizada pelo sistema de registro de preços, considerando a estrutura administrativa do IFPR, na qual possui várias UASG que serão atendidas por esta licitação, conforme previsto no Decreto nº 7892/2013:

“Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

1. quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
2. quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
3. quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
4. quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado

pela Administração”.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

12. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação de empresa especializada nos **serviços manutenção preventiva e corretiva do Elevador do IFPR Campus Londrina** foi inserida no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC do Ministério da Economia, no ano anterior para execução no ano vigente e 2022, além disso, está prevista no planejamento anual do campus (QDD), tendo seu orçamento previamente planejado.

13. RESULTADOS PRETENDIDOS

A descrição da solução a ser implementada a partir deste processo licitatório visa, primeiramente, oferecer um serviço de qualidade para o público interno e externo desta unidade educacional, garantindo o bem-estar do público e a conservação do patrimônio institucional, bem como a consolidação de uma imagem positiva desta instituição para a comunidade em geral.

Além disso reforçamos os resultados pretendidos:

- Prolongar a vida útil dos equipamentos;
- Economizar recursos financeiros com um contrato;
- Propiciar a extensão do contrato por mais de um exercício fiscal;
- Propiciar atendimento à manutenção da acessibilidade dos blocos;
- Aparelhos em bom estado tendem a consumir menos energia;

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Informamos que o rito processual seguirá o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, assim como os demais dispositivos legais pertinentes à matéria e aos princípios norteadores da Administração Pública. Ademais, serão adotadas as demais providências previamente à celebração e execução do contrato, tais como:

1. Solicitação de propostas aos fornecedores interessados, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da contratação;
2. Seleção da proposta mais vantajosa e eficiente para a Administração, a qual se vincula às especificações do objeto, assim como aos dispositivos do Termo de Referência deste processo licitatório;
3. Instauração do processo de contratação da empresa selecionada, após verificação das condições de habilitação fiscal e jurídica da Contratada;
4. Solicitação e acompanhamento da execução dos serviços;
5. Realização de averiguações para validar a completude e funcionamento da solução;
6. Designação da equipe de gestores e fiscais para acompanhamento da execução do objeto da contratação.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

15.1 A contratada deverá seguir as recomendações presente documento, ou seja, os critérios e as práticas de sustentabilidade serão publicados como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada ou requisito previsto em lei especial, de acordo com o disposto no inciso IV do caput do artigo 30 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993.

15.2 Respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental na execução dos serviços e no fornecimento dos insumos, observando, no que for cabível, a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que versa sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e a Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

15.3 Destarte as recomendações acima, espera-se da Contratada, dentro do que for possível e atingível, a adoção das seguintes medidas na execução do objeto, a fim de garantir o desenvolvimento sustentável desta instituição, a saber:

- 15.3.1 Utilização de equipamentos com menor consumo de energia elétrica;
- 15.3.2 Menor impacto sobre recursos naturais;
- 15.3.3 Preferência por fornecedores locais;
- 15.3.4 Maior eficiência ecológica; e,
- 15.3.5 Maior vida útil dos equipamentos disponibilizados na prestação dos serviços.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A partir dos presentes estudos preliminares e em atendimento ao disposto no art. 24, inciso XII da IN 05/2017-SEGES/MPDG, a Equipe de Planejamento da Contratação manifesta-se pela viabilidade da contratação pretendida, devendo prosseguir com a tramitação prevista pelos demandantes, por meio de Pregão Eletrônico no Sistema de Registro de Preços .

Equipe de Planejamento
PORTARIA DG/LONDRINA/IFPR Nº 225, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

SERVIDOR	SIAPE	SITUAÇÃO
ROGÉRIO DE SANT'ANNA LIMA	2190868	MEMBRO

MARCELO ASSIS DE ALMEIDA	1802536	MEMBRO
CARINA CARIS ZUCCO	2995773	MEMBRO



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO ASSIS DE ALMEIDA, Servidor Técnico Administrativo em Educação**, em 05/09/2022, às 09:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO LUPION POLETI, Ordenador de Despesa**, em 06/09/2022, às 08:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROGERIO DE SANTANNA LIMA, Servidor Técnico Administrativo em Educação**, em 06/09/2022, às 10:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARINA CARIS ZUCCO, Servidor Técnico Administrativo em Educação**, em 06/09/2022, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1923668** e o código CRC **6927E8B4**.

Referência: Processo nº 23411.015423/2022-10

SEI nº 1923668

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ | LONDRINA/SECCON/IFPR/LONDRINA-SECCON/LONDRINA
Rua João XXIII, nº 600, Londrina - PR | CEP CEP 86060-370 - Brasil